



## G1. ANALISTA JURÍDICO (NS)



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens subsequentes.**

01. Conforme a Lei nº 9.784/1999, é vedada a possibilidade de delegação de competência para a prática de atos administrativos que envolvam decisões sobre direitos dos administrados, tais como imposição de penalidades ou concessão de benefícios, devendo essas decisões serem tomadas exclusivamente pela autoridade hierarquicamente superior.
02. A Lei nº 9.784/1999 prevê que o prazo para interposição de recurso administrativo é de dez dias úteis, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão. Esse prazo visa a garantir que os administrados tenham tempo suficiente para preparar e apresentar suas razões de recurso de forma adequada.
03. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, o descumprimento dos limites estabelecidos para despesas com pessoal não acarreta sanções diretas aos gestores públicos responsáveis pela gestão fiscal, senão medidas de ajuste fiscal a serem implementadas pelo ente federativo. Essa abordagem visa a incentivar a responsabilidade na gestão fiscal sem penalizar individualmente os gestores públicos.
04. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a ação de improbidade administrativa pode ser proposta somente contra agentes públicos efetivos, excluindo temporários, comissionados ou contratados por tempo determinado.
05. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133/2021) permite a utilização do diálogo competitivo, uma modalidade que possibilita a interação entre a Administração Pública e os potenciais licitantes para o desenvolvimento de soluções mais adequadas e inovadoras. Essa modalidade é especialmente indicada para contratações complexas e de alta tecnologia, na qual a definição prévia e detalhada do objeto não é possível.
06. A Declaração de Direitos da Constituição Federal de 1988 inclui não apenas os direitos e garantias individuais e coletivos, mas também os direitos sociais, econômicos e culturais. Essa inclusão amplia a abrangência dos direitos fundamentais no Brasil, conferindo-lhes um caráter de universalidade e interdependência, estabelecendo um compromisso do Estado com a promoção do bem-estar social e a justiça distributiva.
07. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) estabelece que a aplicação da lei no tempo se dá pela sua vigência contínua e sem interrupção, salvo disposição em contrário.
08. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021, a contratação integrada é vedada para obras e serviços de engenharia, uma vez que essa modalidade de contratação tem se mostrado ineficiente e suscetível a irregularidades. A legislação busca, assim, promover maior controle e transparência nas contratações, optando por modalidades que permitam um acompanhamento mais próximo e detalhado pela Administração Pública.
09. No Direito Civil brasileiro, que abrange as pessoas naturais e jurídicas (CC, artigos 1.º a 69), domicílio (CC, artigos 70 a 78), fatos jurídicos, negócios jurídicos (CC, artigos 104 a 184), atos jurídicos lícitos (CC, art. 185), atos ilícitos (CC, artigos 186 a 188), Direito das Obrigações - Modalidades das Obrigações (CC, artigos 233 a 285), e contratos em geral (CC, artigos 421 a 480), o princípio da função social da propriedade estabelece que o uso da propriedade deve atender aos interesses coletivos e sociais, superando o caráter individualista do direito de propriedade. Esse princípio supostamente permite que a função social seja um limitador absoluto do direito de propriedade, conferindo à coletividade o poder de intervir e decidir sobre a utilização de propriedades privadas, sem necessidade de compensação ao proprietário.

10. O regime de bens no casamento é um instituto jurídico que disciplina as relações patrimoniais entre os cônjuges durante o matrimônio e após a sua dissolução. No Brasil, o regime de comunhão parcial de bens é o regime legal padrão, aplicável quando não há pacto antenupcial. Nesse regime, os bens adquiridos antes do casamento permanecem individualmente de cada cônjuge, enquanto os adquiridos na constância do casamento são comuns, salvo disposições em contrário.
11. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Essa restrição visa a controlar o endividamento público e a garantir que os recursos obtidos sejam destinados exclusivamente a investimentos.
12. O princípio da continuidade do serviço público determina que os serviços públicos não podem ser interrompidos, salvo por razões de força maior ou por motivo de interesse público devidamente justificado. Esse princípio busca assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços essenciais à coletividade, independentemente de eventuais mudanças na gestão pública ou de dificuldades financeiras enfrentadas pela Administração.
13. A responsabilidade civil do Estado no Brasil é objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, conforme disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Essa responsabilidade implica que o Estado deve indenizar os danos causados a terceiros por atos comissivos ou omissivos dos seus agentes, independentemente de dolo ou culpa. Entretanto, o Estado pode, posteriormente, buscar o ressarcimento junto ao agente causador do dano, caso seja comprovado que ele agiu com dolo ou culpa.
14. As emendas constitucionais no Brasil estão sujeitas a controle de constitucionalidade preventivo e repressivo, sendo que o primeiro é realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO). Além disso, a Constituição Federal de 1988 prevê cláusulas pétreas que limitam o poder de emenda do Congresso Nacional, protegendo os direitos e garantias fundamentais contra alterações que possam reduzi-los.
15. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, os servidores públicos federais têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício no cargo, desde que aprovados em avaliação de desempenho satisfatória. Essa medida visa a proporcionar segurança funcional ao servidor e estimular o desenvolvimento contínuo de suas competências.
16. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que os entes federativos podem realizar operações de crédito ilimitadas para cobrir déficits orçamentários emergenciais sem a necessidade de autorização legislativa. Essa flexibilidade permite aos gestores públicos agirem rapidamente em situações de crise fiscal, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais, sem comprometer a estabilidade financeira do ente federativo.
17. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que, na aplicação da lei, o juiz deve atender aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Esse dispositivo reforça a interpretação teleológica, permitindo que o juiz leve em consideração os objetivos e as finalidades sociais da norma, em detrimento da sua literalidade, para alcançar uma decisão justa e adequada ao contexto social.
18. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na ausência de disposições legais expressas, o juiz deve decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Esse princípio de suplência garante que o ordenamento jurídico não contenha lacunas insuperáveis, permitindo ao juiz recorrer a fontes secundárias para resolver o conflito de interesses e preencher eventuais lacunas legislativas.
19. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, é vedada a acumulação de cargos públicos, salvo nos casos expressamente permitidos pela Constituição Federal, como, por exemplo, dois cargos de professor ou um cargo de professor com outro técnico ou científico. Essa restrição visa a evitar conflitos de interesse e garantir a dedicação integral do servidor a uma única função pública.
20. De acordo com o Direito Civil brasileiro, o instituto da prescrição extingue o direito de ação pelo decurso do prazo legal, enquanto a decadência extingue o próprio direito substancial. A prescrição pode ser interrompida por diversas causas previstas em lei, como o reconhecimento do direito pelo devedor, o ajuizamento da ação e o protesto judicial. A decadência, no entanto, não admite interrupção, operando de forma rígida e definitiva, sem possibilidade de suspensão ou interrupção.
21. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina que a interpretação da lei deve sempre privilegiar a intenção do legislador histórico, de modo a garantir a fidelidade ao contexto original em que a norma foi promulgada. Isso significa que as mudanças sociais e culturais posteriores não podem influenciar a interpretação das normas jurídicas, devendo o juiz buscar a vontade original do legislador.
22. Conforme a Lei nº 8.429/1992, a indisponibilidade dos bens do agente público pode ser decretada pelo juiz nas ações de improbidade administrativa, como medida cautelar para assegurar o ressarcimento ao erário, limitada ao valor do suposto enriquecimento ilícito.
23. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que, em situações de queda na arrecadação que comprometam o cumprimento das metas fiscais, o ente federativo pode adotar medidas temporárias de redução de despesas, como a limitação de empenho e movimentação financeira. Essas medidas são necessárias para evitar o desequilíbrio fiscal e assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos pela lei.
24. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, em casos de dispensa de licitação, a Administração Pública deve justificar a escolha do contratado e comprovar que a contratação direta atende ao interesse público. Essa exigência de justificativa busca garantir a transparência e a eficiência nas contratações diretas, prevenindo práticas de favorecimento e corrupção, ao mesmo tempo que assegura que o interesse público seja efetivamente atendido.

25. A Lei nº 8.429/1992 estabelece que constitui ato de improbidade administrativa a concessão de benefício fiscal sem a observância das formalidades legais, visando a beneficiar indevidamente terceiros. Essa medida visa a combater práticas que possam prejudicar os cofres públicos e desestimular a corrupção.
26. O ato administrativo vinculado é aquele em que a Administração Pública não possui margem de escolha ou discricionariedade na sua execução, devendo agir de acordo com critérios objetivos estabelecidos pela lei. Esse tipo de ato está sujeito apenas ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário, garantindo que a Administração obedeça estritamente aos preceitos legais ao praticá-lo.
27. A discricionariedade é uma característica dos atos administrativos em que a Administração Pública possui certa margem de liberdade na escolha da melhor forma de agir diante de situações não completamente reguladas pela lei. Esse espaço de escolha permite que os agentes públicos adaptem suas decisões às peculiaridades e necessidades específicas de cada caso, contribuindo para uma gestão mais flexível e eficiente dos recursos públicos.
28. Os atos administrativos são imunes à invalidação judicial, uma vez que a Administração Pública possui autonomia na aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, sem necessidade de controle pelo Poder Judiciário. Na realidade, a validade dos atos administrativos pode ser questionada judicialmente caso não atendam aos requisitos legais, incluindo a adequação dos motivos determinantes.
29. Os atos administrativos não precisam cumprir requisitos específicos para serem considerados válidos. A Administração Pública tem ampla liberdade para decidir sobre suas atribuições, sem a necessidade de observância de competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Essa flexibilidade permite maior agilidade na gestão pública, sem comprometer a legalidade e a segurança jurídica.
30. A invalidação de um ato administrativo por desvio de finalidade é uma medida necessária para preservar a moralidade administrativa e a legalidade dos atos públicos. O desvio de finalidade ocorre quando o administrador pratica o ato com um objetivo diferente daquele previsto pela lei, o que compromete a própria razão de existir do ato. Dessa forma, a anulação é um instrumento para corrigir ilegalidades e proteger os direitos dos administrados contra abusos ou desvios por parte da Administração Pública.
31. A revogação de um ato administrativo é um poder discricionário da Administração Pública para retirá-lo de circulação quando não mais se mostrar conveniente ou oportuno para a consecução do interesse público. Essa medida está amparada na ideia de que a administração deve adaptar suas decisões às necessidades dinâmicas da sociedade, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz.
32. A discricionariedade administrativa concede aos agentes públicos total liberdade para decidir de acordo com seus interesses pessoais e políticos, sem qualquer controle ou balizamento pela lei. Na verdade, a discricionariedade é sempre exercida dentro de um quadro normativo que estabelece limites e critérios para sua aplicação, evitando arbitrariedades e assegurando a conformidade com os princípios constitucionais e legais.
33. Os atos administrativos podem ser revogados ou anulados pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, caso não atendam aos requisitos de validade ou sejam contrários aos interesses públicos. A revogação ocorre quando o ato administrativo deixa de ser conveniente ou oportuno, enquanto a anulação é aplicada quando há vício que o torna ilegal desde sua origem.
34. A discricionariedade administrativa é reconhecida como essencial para a eficácia da Administração Pública, especialmente em áreas onde a regulamentação legal não pode prever todas as circunstâncias possíveis. Esse poder discricionário, no entanto, não é absoluto e deve ser exercido dentro dos limites da legalidade, da moralidade e da finalidade pública, garantindo assim a proteção dos direitos dos cidadãos e a realização do interesse público de forma justa e equitativa.
35. A Teoria dos Motivos Determinantes estabelece que a validade de um ato administrativo está condicionada à correspondência entre os motivos declarados pela Administração e os motivos efetivamente considerados para sua edição. Isso significa que, se os motivos reais divergirem dos declarados, o ato pode ser anulado judicialmente. Essa teoria visa a garantir que a administração não atue de forma arbitrária ou desleal, mantendo a transparência e a conformidade com os princípios da legalidade e da motivação adequada dos atos administrativos.
36. A Teoria dos Motivos Determinantes não se aplica aos atos administrativos que possuam justificativas lógicas e fundamentadas, mesmo que diferentes dos motivos alegados inicialmente. Pelo contrário, a teoria visa justamente garantir que a Administração Pública seja transparente quanto aos motivos que fundamentam suas decisões, independentemente da sua lógica interna, desde que sejam devidamente motivadas e adequadas aos fins previstos em lei.
37. Os atributos dos atos administrativos são características secundárias que não influenciam sua validade ou eficácia. Presunção de legitimidade e autoexecutoriedade são princípios jurídicos obsoletos e sem relevância prática na administração contemporânea. A ausência desses atributos não compromete a autoridade ou a efetividade dos atos administrativos.
38. O mérito administrativo é um conceito que limita a discricionariedade dos agentes públicos, exigindo que todas as decisões sejam estritamente vinculadas aos preceitos legais estabelecidos. Qualquer decisão administrativa deve ser completamente regulamentada por leis, restringindo a autonomia dos administradores para decidir sobre questões complexas e multifacetadas.

39. A Lei nº 8.112/1990 prevê que o servidor público federal pode ser removido de ofício para outra localidade, independentemente de sua concordância, desde que haja motivo de interesse público devidamente justificado pela administração. Essa medida visa a atender às necessidades da administração pública e garantir a eficiência na prestação dos serviços.
40. O princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos permite que determinados atos produzam efeitos imediatos sem necessidade de intervenção judicial prévia. Isso é especialmente importante em situações urgentes ou emergenciais, como na desapropriação de bens para fins de utilidade pública, situação na qual a administração pode agir imediatamente para garantir a continuidade dos serviços públicos.
41. A revogação de um ato administrativo é possível apenas quando não há direitos adquiridos envolvidos, sendo irrelevante a conveniência pública para a Administração. Na prática, a revogação deve respeitar os direitos adquiridos e seguir critérios de razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, conforme estabelecido pela legislação vigente.
42. No Direito Administrativo brasileiro, os servidores públicos gozam de estabilidade após três anos de efetivo exercício, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal. Essa estabilidade assegura que os servidores somente podem ser demitidos mediante processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado, protegendo-os contra exonerações arbitrárias e garantindo a continuidade e a impessoalidade do serviço público.
43. Segundo a Lei nº 8.112/1990, os servidores públicos federais têm direito à licença-prêmio a cada cinco anos de efetivo exercício, podendo acumular até três períodos, totalizando 18 meses de licença remunerada. Essa medida visa a valorizar a dedicação do servidor ao serviço público e proporcionar momentos de descanso e reconhecimento pelo tempo de serviço prestado.
44. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em caso de conflito entre leis de diferentes países, deve-se aplicar a lei do país em que o réu tiver domicílio. Essa regra de direito internacional privado visa a simplificar a resolução de conflitos de leis no espaço, evitando a aplicação de leis estrangeiras e garantindo que a lei do domicílio do réu prevaleça, independentemente do contexto do caso.
45. A Lei nº 8.429/1992 prevê que a penalidade de perda da função pública, aplicável nos casos de improbidade administrativa, pode ser temporária ou definitiva, dependendo da gravidade do ato e das circunstâncias do caso.
46. A Lei nº 8.112/1990 prevê que a jornada de trabalho dos servidores públicos federais não pode ser superior a 40 horas semanais, salvo nos casos em que houver previsão específica de legislação própria ou acordo coletivo. Esse limite busca assegurar condições dignas de trabalho e evitar sobrecarga excessiva nos servidores.
47. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública pode rever seus próprios atos administrativos a qualquer tempo, desde que haja motivo relevante que justifique a revisão. Essa flexibilidade permite à administração corrigir eventuais erros ou omissões que possam comprometer a legalidade ou eficiência dos atos administrativos.
48. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que os Estados e Municípios devem limitar os gastos com pessoal ao máximo de 60% da receita corrente líquida. Essa medida visa a garantir a sustentabilidade fiscal dos entes federativos, evitando o descontrole nas despesas com folha de pagamento e garantindo recursos para investimentos e serviços públicos essenciais.
49. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é permitida a renúncia de receita mediante isenção, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de tributos com prazo de vigência não superior a cinco anos. Essa medida busca incentivar determinados setores econômicos sem comprometer a saúde financeira do Estado, garantindo um equilíbrio entre os incentivos fiscais e a manutenção da receita pública.
50. A Lei nº 9.784/1999 estabelece que os processos administrativos devem observar os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Esses princípios garantem que os atos administrativos sejam justos, transparentes e em conformidade com a lei.
51. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos, os órgãos competentes devem decidir, preferencialmente, por meio de decisões monocráticas, sem a necessidade de colegiado, para garantir celeridade e eficiência na administração pública.
52. Como previsto pela Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública deve instruir os processos administrativos de forma a possibilitar a reconstrução dos atos e a verificação de sua legalidade, assegurando o direito dos administrados à obtenção de cópias dos documentos que integram o processo.
53. A teoria do fato do príncipe é aplicada no Direito Administrativo brasileiro como uma modalidade de rescisão unilateral de contratos administrativos pela Administração Pública, sem que haja necessidade de indenização ao contratado. Essa teoria se baseia no poder discricionário da Administração de promover alterações unilaterais nos contratos administrativos, visando atender ao interesse público, ainda que isso cause prejuízos ao contratado.
54. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, todas as modalidades de licitação previstas na legislação anterior foram mantidas, incluindo a concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. A manutenção dessas modalidades visa a garantir continuidade e segurança jurídica aos procedimentos licitatórios já consolidados, evitando a necessidade de adaptação da Administração Pública a novas modalidades licitatórias.

55. A Lei nº 14.133, de 2021, prevê a aplicação de sanções mais severas em casos de descumprimento das obrigações contratuais, incluindo a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública por um período mínimo de cinco anos. Essas sanções buscam aumentar a responsabilidade dos contratados e assegurar o cumprimento rigoroso das cláusulas contratuais, promovendo maior integridade nas relações contratuais.
56. O controle de constitucionalidade no Brasil é difuso e concreto, podendo ser exercido por qualquer juiz ou tribunal em qualquer grau de jurisdição, independentemente de provocação das partes, pois o juiz pode, de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade de uma norma. Esse sistema confere ao Poder Judiciário a atribuição de defender a supremacia da Constituição, assegurando que todas as normas infraconstitucionais estejam em conformidade com o texto constitucional.
57. A responsabilidade civil no direito civil brasileiro é regida pela teoria subjetiva, que requer a comprovação de culpa ou dolo para que haja a obrigação de indenizar. No entanto, a legislação brasileira também contempla a responsabilidade objetiva, especialmente em relação ao consumidor e em casos de atividades de risco, nas quais não é necessária a comprovação de culpa. Nesses casos, basta a ocorrência do dano e a existência de um nexo causal entre a atividade e o dano para que se configure o dever de indenização. Isso está embasado nos artigos do Código Civil que tratam das pessoas naturais e jurídicas (artigos 1.º a 69), domicílio (artigos 70 a 78), fatos jurídicos e negócios jurídicos (artigos 104 a 184), atos jurídicos lícitos (art. 185), atos ilícitos (artigos 186 a 188), modalidades das obrigações (artigos 233 a 285) e contratos em geral (artigos 421 a 480).
58. A Lei nº 8.429/1992 estabelece que a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em cinco anos, contados a partir da data da prática do ato, ressalvadas as situações de dolo.
59. O princípio da proporcionalidade é amplamente utilizado no Direito Constitucional brasileiro como ferramenta para assegurar a proteção dos direitos fundamentais. Esse princípio exige que as ações do poder público sejam adequadas, necessárias e proporcionais em sentido estrito, de modo a evitar abusos de poder e garantir que as restrições aos direitos fundamentais sejam justificadas e limitadas ao estritamente necessário para alcançar um fim legítimo.
60. Segundo a Lei nº 8.429/1992, o enriquecimento ilícito de terceiro, decorrente do ato de improbidade, também pode ensejar a aplicação das sanções previstas, desde que haja participação ou conivência do agente público responsável.
61. No Direito Civil brasileiro, os contratos de adesão, que são aqueles em que as cláusulas são preestabelecidas por uma das partes sem possibilidade de negociação pela outra, são considerados nulos de pleno direito. Essa nulidade se justifica pela presunção de que tais contratos são sempre leoninos e abusivos, violando o princípio da igualdade contratual e a liberdade das partes na formação do contrato, de acordo com o Código Civil.
62. A Lei nº 8.429/1992 estabelece que a indisponibilidade de bens dos agentes públicos, decretada como medida cautelar nas ações de improbidade administrativa, pode ser estendida aos sucessores e terceiros que possam ter se beneficiado direta ou indiretamente do ato ímprobo. Essa medida visa a assegurar que os recursos obtidos de forma ilícita não sejam dissipados ou transferidos para terceiros, garantindo a efetividade da reparação ao erário.
63. A Lei nº 14.133, de 2021, introduz o princípio do planejamento nas licitações e contratos administrativos, estabelecendo que a Administração Pública deve realizar estudos técnicos preliminares e análise de riscos antes da contratação. Esse princípio visa a assegurar que as contratações sejam efetivamente necessárias, bem fundamentadas e economicamente viáveis, reduzindo a possibilidade de superfaturamento e atrasos na execução dos contratos.
64. No sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, o Senado Federal possui competência exclusiva para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado. Essa previsão visa a assegurar a uniformidade da ordem jurídica e a segurança jurídica, garantindo que a decisão de inconstitucionalidade produza efeitos erga omnes e vinculantes.
65. A Constituição Federal de 1988 adota o princípio da separação dos poderes de forma rígida, proibindo qualquer forma de interferência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse modelo rígido impede a existência de mecanismos de freios e contrapesos, garantindo a independência absoluta de cada poder, para que nenhum deles possa ser influenciado ou controlado por outro.
66. A licitação pública, conforme a Lei nº 8.666/1993, é a regra para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública, exceto em casos de inexigibilidade ou dispensa previstos em lei. O objetivo da licitação é garantir a igualdade de condições a todos os concorrentes, promover a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e assegurar a observância do princípio da legalidade, moralidade e impessoalidade.
67. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê que as alterações na legislação não retroagem para atingir situações jurídicas consolidadas, salvo disposição expressa em contrário. Esse princípio da irretroatividade visa a assegurar a segurança jurídica, protegendo os direitos adquiridos, os atos jurídicos perfeitos e a coisa julgada contra alterações legislativas posteriores, garantindo estabilidade e previsibilidade nas relações jurídicas.
68. O controle administrativo é exercido pela própria Administração Pública sobre seus atos, mediante os princípios da autotutela e da tutela. A autotutela permite que a Administração anule seus próprios atos, quando ilegais, ou os revogue, por conveniência e oportunidade. Já a tutela administrativa possibilita que órgãos superiores controlem a legalidade dos atos praticados por órgãos inferiores, assegurando a conformidade com a legislação e a proteção do interesse público.

69. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o servidor público federal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. Esse dispositivo visa a garantir a segurança jurídica e proteger o servidor contra eventuais abusos ou arbitrariedades na administração pública.
70. O contrato de compra e venda, conforme o Código Civil brasileiro, exige a presença de um preço certo e determinado, o consentimento das partes e a coisa vendida. O preço deve ser estabelecido necessariamente em dinheiro, não sendo possível que a contraprestação seja efetuada por meio de outros bens ou serviços. Esse requisito visa a garantir a liquidez e a certeza nas transações comerciais, evitando ambiguidades e litígios relacionados à determinação do valor da prestação.
73. Os conceitos de ética e democracia no exercício da cidadania estão intrinsecamente ligadas à participação ativa dos cidadãos na vida política e social. O exercício da cidadania ética não se resume apenas ao cumprimento das obrigações legais, mas envolve um compromisso pessoal com valores como justiça, igualdade e respeito pelos direitos dos outros membros da sociedade. Por exemplo, a participação em movimentos sociais que promovem a equidade de gênero ou a defesa dos direitos humanos demonstra um engajamento ético com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
74. O WordPad é um editor de texto semelhante ao Word, pertencente ao pacote Microsoft Office, mas não vem incluído no sistema operacional. Ele permite a criação e edição de documentos que podem incluir formatação avançada e elementos gráficos, como imagens ou documentos vinculados. Ao contrário do Bloco de Notas, os documentos no WordPad podem ser salvos em diferentes formatos, como texto simples, Rich Text Format (RTF), arquivo de texto para MS-DOS ou Unicode. Esses formatos oferecem flexibilidade para trabalhar com diversos programas e sistemas operacionais, especialmente útil para documentos multilíngues, que devem ser salvos como arquivos RTF.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

71. Os cookies são arquivos criados por sites para coletar dados sobre sua navegação na internet. Eles geralmente armazenam informações como as páginas visitadas e os links clicados. Esses dados ajudam a personalizar a página de acordo com o perfil do usuário, proporcionando uma melhor experiência ou facilitando o transporte de dados no site. Ao armazenar as informações dos visitantes, os cookies permitem que a página seja executada mais facilmente na próxima visita, eliminando a necessidade de preencher todos os dados novamente. Além disso, os cookies podem ser usados para questões de segurança da informação, ajudando a evitar fraudes e ataques, e protegendo o usuário nas interações com um serviço. Eles também são capazes de reconhecer se as solicitações feitas durante a navegação são realmente do usuário ou de uma pessoa mal-intencionada.
72. A flexibilidade das fórmulas do Google Planilhas é fundamental para a eficiência nos negócios. Elas podem ser aplicadas a células individuais, intervalos de células ou planilhas inteiras, conforme as necessidades do seu projeto. Essas fórmulas são úteis em diversas áreas, como finanças, contabilidade, marketing, gerenciamento de projetos e muito mais. A função SOMASE, por exemplo, é extremamente eficaz para somar valores com base em critérios específicos. Por exemplo, a fórmula =SOMASE(A1, "">50"") somará todos os valores na faixa A1 que forem maiores que 50, permitindo um resumo de dados personalizado. Para encontrar informações em grandes conjuntos de dados, a função PROCV é indispensável. Usando =PROCV(A2, B1, 2, FALSO), você pode buscar um valor na primeira coluna da tabela B1 e retornar o valor correspondente na segunda coluna, economizando tempo em buscas manuais.
75. Os vírus de computador são programas maliciosos que se espalham inserindo cópias de si mesmos em outros softwares e arquivos. Eles têm a capacidade de se propagar automaticamente, sem a necessidade de serem executados manualmente. Além disso, os vírus podem utilizar recursos como listas de contatos de e-mail para enviar cópias de si mesmos a esses contatos, ampliando sua disseminação. Para se proteger contra vírus de computador, é fundamental utilizar softwares antivírus atualizados, manter o sistema operacional e outros programas sempre atualizados com os patches de segurança mais recentes, evitar abrir anexos de e-mails ou links de fontes desconhecidas, e realizar backups regulares dos dados importantes.
76. A ética no setor público inclui o compromisso com a honestidade e a integridade na gestão financeira e orçamentária. Por exemplo, um contador público deve assegurar que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e transparente, garantindo a conformidade com os princípios contábeis e a prestação de contas aos órgãos de fiscalização. A honestidade na gestão financeira fortalece a confiança pública nas instituições governamentais e na aplicação correta dos recursos arrecadados dos contribuintes.
77. Valores como justiça, equidade e respeito pelos direitos humanos são fundamentais para uma abordagem ética no setor público. Um exemplo prático é o papel de um assistente social, que trabalha para garantir que os programas de assistência social sejam distribuídos de forma justa e equitativa, beneficiando aqueles que mais necessitam de apoio. Esses profissionais devem agir com sensibilidade ética, respeitando a dignidade e os direitos das pessoas em situações vulneráveis.

78. As Google Sheets são ferramentas poderosas que permitem aos usuários criar, editar e compartilhar planilhas online através do Google Drive, acessíveis tanto em computadores como em dispositivos móveis. Esse aplicativo oferece às empresas de diversos setores e tamanhos a capacidade de gerenciar e armazenar dados na nuvem, facilitando a troca de informações entre colaboradores e clientes. A versão gratuita oferece 100 GB de armazenamento e recursos avançados de colaboração, como restrição de acesso a células específicas e acompanhamento das edições feitas pelos colaboradores. Enquanto isso, sua versão paga oferece a integração com o BigQuery para análise avançada de dados e acesso a recursos de aprendizado de máquina e inteligência artificial, como a API do Google Sheets.
79. A inteligência deve ser encarada como base da moral. Partindo do princípio de identidade, o comportamento humano está relacionado com a identificação no outro, ou seja, a ação das pessoas influencia o comportamento individual. Assim, podemos dizer que a ética e amoral são os mais importantes valores do homem livre.
80. A integridade é um pilar central da ética no setor público, assegurando que as decisões e ações sejam transparentes, imparciais e alinhadas com o interesse público. Um exemplo claro disso é o trabalho de um auditor fiscal, que deve conduzir auditorias com rigor e imparcialidade, garantindo que empresas e indivíduos paguem impostos justos e contribuam de maneira equitativa para o financiamento de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.
81. As virtudes surgem como parte da noção humana de perfeição. A solidariedade, a honestidade, a verdade, a lealdade, entre outros, são noções de comportamento ideal, e são adotados pelo homem como parte de um sistema de orientação de conduta. Isso não significa que as pessoas se considerem perfeitas, senão que eles sejam orientadas em certo grau por um ideal de perfeição, que será por perseguido ao longo da vida.
82. De acordo com o Código de Ética, constitui dever fundamental do servidor público abdicar dos seus interesses pessoais, bem como dos meandros da vida privada, em função dos interesses maiores da sociedade brasileira, e vivenciar a prestação dos serviços públicos como um verdadeiro sacerdócio.
83. De acordo com os pensamentos filosóficos, podemos entender que a moral é subjetiva e condicionada. Isso significa que a moral depende das circunstâncias e das percepções individuais. Por outro lado, a ética é uma ciência voltada para o comportamento moral, com o objetivo de compreender e criticar as normas morais de uma sociedade. Portanto, a ética possui tanto uma dimensão filosófica quanto científica.
84. A navegação privativa, também conhecida como modo anônimo ou modo incógnito, ajuda a evitar o compartilhamento dos dados de navegação com outros usuários do dispositivo. Ao abrir uma nova janela anônima pela primeira vez, você inicia uma sessão de navegação separada. Todas as janelas anônimas subsequentes fazem parte dessa mesma sessão. Esse recurso oculta tanto a identidade dos usuários quanto o histórico de navegação de provedores de serviços de internet, governos e anunciantes, proporcionando uma camada de proteção contra roubo de dados e sites maliciosos ao evitar o rastreamento.
85. A responsabilidade ética no setor público vai além do simples cumprimento das normas legais; ela exige a atuação baseada nos princípios de justiça e equidade. Por exemplo, um administrador público, ao formular políticas sociais como programas de saúde pública, deve assegurar que essas políticas beneficiem equitativamente todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. Agir eticamente significa promover a inclusão e o bem-estar social, garantindo que todas as pessoas tenham acesso justo e igualitário aos serviços oferecidos pelo governo.
86. Uma das formas eficazes de organizar e gerenciar arquivos é estabelecer um padrão que facilite a recuperação rápida e objetiva das informações. Recomenda-se criar nomes simples e facilmente reconhecíveis, além de organizar pastas distintas para cada departamento específico. Outra técnica para nomear arquivos é renomeá-los em massa. Isso pode ser feito selecionando todos os arquivos de uma vez com o comando Ctrl+F, seguido da tecla F2 para renomeá-los com o nome desejado. Após pressionar a opção "Enter", os arquivos receberão o novo nome, sendo diferenciados entre si por números sequenciais.
87. A Internet é uma rede global acessível a qualquer pessoa que possua um telefone celular com um navegador instalado. Em contraste, uma intranet é uma rede privada usada exclusivamente por uma organização e seus funcionários, enquanto uma extranet permite acesso a um grupo específico de usuários autorizados. Devido à sua natureza descentralizada, a Web não possui um controle centralizado. Sendo uma rede aberta e pública, a internet é mais vulnerável a problemas de segurança. Já as intranets e extranets oferecem maior segurança, utilizando mecanismos de autenticação e criptografia para proteger as informações e recursos compartilhados.
88. O princípio da moralidade administrativa permite que os agentes públicos adotem medidas e práticas baseadas em costumes locais e normas informais, mesmo que essas práticas não estejam expressamente previstas na legislação. Por exemplo, um gestor público pode decidir pela contratação de serviços sem licitação, justificando que essa prática é uma tradição local amplamente aceita pela comunidade e que visa a agilizar a prestação de serviços públicos.

89. A transparência é um princípio ético fundamental no setor público, promovendo a prestação de contas e o acesso à informação. Um exemplo prático é o trabalho de um gestor de contratos públicos, que deve garantir que todos os processos de licitação sejam transparentes e que os contratos sejam adjudicados com base em critérios objetivos e legais. A transparência ajuda a prevenir práticas corruptas e a promover uma gestão eficiente dos recursos públicos.
90. A ética, os princípios e os valores orientam não apenas as ações individuais, mas também as políticas e práticas organizacionais no setor público. Os servidores públicos são responsáveis por aplicar esses princípios no desenvolvimento e na implementação de políticas que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Por exemplo, ao formular leis de proteção ambiental, é crucial que os legisladores considerem não apenas o cumprimento de normas legais, mas também o compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar das gerações futuras.
91. Backup é o termo utilizado para descrever o processo de salvar um arquivo em múltiplos locais como medida de segurança, visando evitar perdas acidentais de dados e informações cruciais para as operações de negócio. Existem dois tipos principais de backup: o backup completo, que copia todas as informações da máquina sem filtros; e o backup diferencial, que copia apenas as informações que mudaram desde o último backup completo. Cada método possui suas vantagens sendo escolhido com base nas necessidades específicas de segurança e eficiência de armazenamento de dados da organização.
92. Arquivos e pastas são fundamentais para organizar informações em um computador. Cada arquivo tem um nome e uma extensão que indica seu tipo. Por exemplo, um arquivo com a extensão .doc é um documento do Word, enquanto um arquivo com a extensão .jpg é uma imagem. A maioria das extensões de arquivos é compatível com diversos programas comuns em computadores. É possível alterar a extensão de um arquivo apenas renomeando-o, sem precisar de outros processos ou programas terceiros. Por exemplo, se você possui um arquivo chamado LISTA DE COMPRAS.doc, pode mudar o formato renomeando-o para LISTA DE COMPRAS.jpg. Após salvar com o novo nome, o formato mudará automaticamente.
93. As principais características do sistema operacional Windows são sua capacidade de multitarefa e suporte para múltiplos usuários. O Windows requer a compra de uma licença para ser utilizado legalmente em um computador, e os usuários não têm acesso ao código-fonte para fazer alterações na programação do sistema. Em contraste, sistemas como o Linux permitem acesso ao código-fonte e podem ser modificados pelos usuários. Uma das partes mais importantes do Windows é o botão "Iniciar", que permite acessar qualquer aplicação presente no computador, como programas de texto, cálculos, desenhos, navegação na internet e outros.
94. Um sistema operacional é um programa complexo que gerencia o funcionamento completo de uma máquina, incluindo software e hardware. Ele permite criar diferentes níveis de acesso para usuários, com duas principais contas: administrador e limitada. A conta de administrador tem acesso total, enquanto a conta limitada possui restrições, como a impossibilidade de criar pastas ou instalar software na raiz do sistema. O administrador pode ajustar as permissões das contas limitadas, controlando o acesso a várias funções e áreas do sistema.
95. A ética no setor público é essencial para garantir a imparcialidade e a integridade na tomada de decisões governamentais. Por exemplo, um juiz deve aplicar a lei de forma justa e imparcial, sem deixar que interesses pessoais ou políticos influenciem suas decisões judiciais. A imparcialidade é crucial para assegurar a confiança dos cidadãos no sistema judicial e na proteção de seus direitos.
96. O Google Docs é um editor de texto integrado ao pacote de aplicativos do Google Workspace. Ele permite a criação e edição de diversos tipos de documentos em texto, que são automaticamente armazenados na nuvem e salvos no Google Drive conforme o usuário trabalha no documento. O recurso de correção gramatical no Google Docs é uma ferramenta importante para assegurar a precisão dos documentos. Além disso, uma de suas funcionalidades avançadas é o identificador de plágio, que está integrado ao aplicativo, eliminando a necessidade de usar serviços de terceiros para essa função.
97. O código de ética, além de possibilitar um trabalho harmonioso, deve servir também como proteção dos interesses particulares e dos profissionais que contribuem de alguma forma para a organização, os stakeholders. Por essa razão, diz-se que deve ser específico, factível e passível de avaliação.
98. Como a Internet é uma grande rede de computadores que estão conectados no mundo todo, cada um precisa de um número que o identifique na rede, assim como precisamos de um passaporte para entrar em qualquer país do mundo. Nos computadores, esse número é chamado de endereço IP sendo fornecido por provedores de serviços de Internet (ISPs), como a AOL nos Estados Unidos ou a Claro na América Latina. Esse número de identificação é o que permite que o computador, uma vez conectado à Internet, se comunique com outros computadores.
99. O armazenamento em nuvem proporciona uma solução segura e confiável para a preservação de todos os seus ativos. Com arquivos e pastas armazenados online, a preocupação com falhas de hardware torna-se desnecessária. Ademais, todos os seus arquivos podem ser acessados de qualquer dispositivo, em qualquer local. Portanto, caso ocorra uma falha em seu laptop antigo, basta realizar o login em outro dispositivo para retomar suas atividades de onde parou.
100. Os direitos e deveres andam juntos no que tange ao exercício do direito individual, pois não se pode conceber um direito sem que antes ele seja precedido de um dever a ser cumprido; é uma via de mão dupla, seus direitos aumentam na mesma proporção de seus deveres perante a sociedade.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**